

AMBIENTE

Agricultores ameaçam bloquear estradas e ocupar prédios públicos

Movimentação pede posição do governo contra mudança no Código Florestal

CHICO ARAÚJO

BRASÍLIA – Dirigentes de federações de trabalhadores na agricultura de seis Estados da região amazônica – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima –, dedicados ao extrativismo, ameaçam bloquear estradas e ocupar prédios públicos a partir de segunda-feira, se o governo não impedir a aprovação pela comissão mista do Congresso do parecer do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que altera o Código Florestal. Antontem, o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière, já declarou que o presidente Fernando Henrique Cardoso vetará as mudanças propostas.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, deputado Salatiel Carvalho (PMDB-PE), disse que será feita uma campanha para derrubar a proposta na votação em plenário, no dia 24.

Segundo a presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Rondônia, Maria Santiago, a proposta de Micheletto é um retrocesso ambiental. "Vamos bater de frente para impedir a aprovação do Código Florestal", diz a sindicalista, assegurando que na segunda-feira, um grupo de trabalhadores rurais da região segue para Brasília para protestar no Congresso contra o parecer de Micheletto.

Do Acre, irão mais de 300 pessoas, segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetacre), João de Deus. Ele disse que a

entidade se unirá aos órgãos ambientais e organizações não-governamentais (ONGs) que trabalham em favor da preservação da Amazônia para impedir a aprovação da proposta.

Mudança – O projeto de Micheletto reduz as áreas de reserva legal de 80% para 50% na Amazônia, e de 50% para 20% no cerrado. Segundo projeção do Ministério do Meio Ambiente, isso poderá causar a devastação de 405 mil quilômetros quadrados na região. Para o deputado Salatiel Carvalho, o parecer de Micheletto leva o País ao descrédito internacional. "A redução das áreas de reserva legal é um péssimo exemplo e demonstraremos ao mundo que somos incompetentes."

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, garantiu ontem que enviará carta aos parlamentares explicando as modificações do Código Florestal aprovadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que fixa em

GRUPO
FARÁ
PROTESTO
EM BRASÍLIA

80% a área de mata nativa a ser preservada em propriedades na Amazônia. Sarney deve também reunir-se com todas as bancadas para esclarecer a proposta do governo e tentar impedir a aprovação do projeto de Micheletto.

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antônio de Salvo, afirmou, em nota oficial, que há um equívoco quanto ao parecer de Micheletto. Segundo ele, antes da edição da medida provisória (que estabeleceu o limite de 80%), a área de reserva legal era idêntica ao que propõe o deputado. "O relatório apenas mantém o quadro anterior, definido pelo Código Florestal", disse. "Não significa que, se aprovado, fica liberado o desmatamento nessas áreas."